

RESUMO - 10. ENTRE SABERES E RESISTÊNCIAS: GÊNERO, CUIDADO E
LUTAS POPULARES NA CONSTRUÇÃO DO SUS | PRESENCIAL

**ADOECEMENTO FEMININO DECORRENTE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
UM ESTUDO EM UBERLÂNDIA-MG**

Carla Denari Giuliani (denari.carla013@gmail.com)

Nicole Sayuri K De Miranda (nicole.miranda@ufu.br)

-Laila Rafhaela Gonçalves Pereira (laila.pereira@ufu.br)

A violência contra a mulher é reconhecida mundialmente como um grave problema de saúde pública, cujas consequências vão além do dano físico imediato, afetando a saúde mental, social e econômica das vítimas. Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade das políticas de acolhimento e cuidados pós-violência, identificando lacunas nos fluxos de atendimento e propondo recomendações para a atenção integral à mulher. A pesquisa foi conduzida no município de Uberlândia-MG, utilizando 89 fichas de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) referentes ao ano de 2024. O estudo possui delineamento quantitativo, descritivo e exploratório, com análise de médias e desvios-padrão para identificar padrões nos encaminhamentos, adesão a protocolos e continuidade do cuidado. A pesquisa respeitou rigorosamente os aspectos éticos, com aprovação pelo CAAE nº 82223517.0.0000.5152.

Os resultados revelaram que a maioria das vítimas eram mulheres jovens (10 a 29 anos), com predominância da violência sexual (73,5%). Observou-se que 42,5% das mulheres se declararam pretas ou pardas, evidenciando a

intersecção entre violência de gênero e desigualdade racial. Quanto à escolaridade, 46% possuíam apenas o ensino fundamental completo ou incompleto, e muitas estavam economicamente dependentes, fatores que contribuem para a vulnerabilidade e dificultam o rompimento de ciclos de violência. A maioria das agressões ocorreu no domicílio (57,4%), perpetradas por companheiros, ex-companheiros ou familiares, reforçando a complexidade do fenômeno da violência intrafamiliar.

Esses achados evidenciam a necessidade de políticas intersetoriais que promovam a atenção integral, envolvendo saúde, assistência social, segurança pública e órgãos de defesa dos direitos da mulher. A literatura destaca que a capacitação contínua de profissionais, protocolos padronizados de acolhimento e monitoramento do atendimento são essenciais para reduzir o adoecimento físico e psicológico pós-violência (Porto et al., 2024; Teixeira & Paiva, 2021). O acolhimento humanizado, a escuta qualificada e o acompanhamento psicológico regular aparecem como estratégias fundamentais para prevenir retraumatização e promover autonomia.

A análise sugere que a violência de gênero não se encerra com o ato agressivo; seu impacto se prolonga quando não há atenção integral e continuidade do cuidado. A implementação de fluxos claros de encaminhamento, registros completos e integração entre os serviços de saúde e assistência social são estratégias essenciais para enfrentar o problema e oferecer proteção efetiva às mulheres.

Conclui-se que a atenção à mulher pós-violência deve ser compreendida como um direito de saúde e um imperativo de políticas públicas. O fortalecimento da rede de atenção, a padronização de protocolos, o acompanhamento contínuo e o acolhimento humanizado constituem medidas indispensáveis para garantir a integralidade do cuidado, reduzir o adoecimento físico e psíquico e promover a proteção social das vítimas.

Palavras-chave: violência contra a mulher atenção integral à saúde acolhimento em saúde pública.